

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 6 de fevereiro de 2026 • Nº 2233 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Acordo entre Mercosul e União Europeia amplia acesso a mercados

PÁGINA 5

JAPÃO

Empresa da Embraer vende duas aeronaves elétricas

A empresa Eve Air Mobility, subsidiária da Embraer que desenvolve aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL), anunciou a venda de dois veículos para a japonesa AirX, que atua com transporte aéreo, atualmente utilizando helicópteros. O contrato pode ser ampliado, pois há a opção de compra de até 50 unidade. Com a entrega dos veículos prevista para 2029 e previsão de operação em Tóquio e Osaka, como veículo de última milha para rotas turísticas, a venda foi a primeira da empresa para a região da Ásia-Pacífico. Embraer e Eve participam do Singapore Airshow, uma das maiores feiras do setor. “Estamos entusiasmados em firmar parceria com a Eve Air Mobility”, afirmou Kiwamu Tezuka. **PÁGINA 3**

TURISMO

Rio espera receber 8 mi de foliões para carnaval

O Rio de Janeiro espera mais de 8 milhões de foliões para aproveitar o carnaval em toda a cidade, dos quais 6,8 milhões nos blocos e 1,5 milhão de pessoas divididas entre os desfiles da Marquês de Sapucaí, Intendente Magalhães, Terreirão do Samba, Avenida Chile, Cineândia e bailes populares. Apenas no Sambódromo são esperadas 500 mil pessoas nos desfiles do Grupo Especial, da Série Ouro e das escolas de samba mirins. O presidente da Empresa Municipal de Turismo do Rio (Riotur), Bernardo Fellows, disse que a cidade está preparada para receber os foliões e os órgãos municipais estão integrados para fazer uma operação segura no período carnavalesco. **PÁGINA 5**

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem 2º melhor resultado para janeiro

A balança comercial registrou o segundo maior superávit para meses de janeiro desde o início da série histórica, beneficiada pela queda das importações, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 4,342 bilhões, alta de 85,8% em relação ao superávit de US\$ 2,337 bilhões no mesmo mês de 2025. O resultado da balança comercial para meses de janeiro só

perde para 2024. Naquele mês, houve superávit de US\$ 6,196 bilhões. O valor das exportações e das importações: • Exportações: US\$ 25,153 bilhões, queda de 1% em relação a janeiro do ano passado; • Importações: US\$ 20,810 bilhões, queda de 9,8% na mesma comparação. O valor das exportações é o terceiro melhor para meses de janeiro desde o início da série histórica, em 1989, só perdendo para janeiro de 2024 e de 2025. **PÁGINA 2**

TRÊS PODERES

Flávio Dino manda suspender pagamento de penduricalhos

ROVENA ROSA/ABRASIL



O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a suspensão do pagamento dos chamados “penduricalhos”, benefícios que são concedidos a servidores públicos e que não cumprem o teto remuneratório constitucional, de R\$ 46,3 mil. A suspensão vale para os Três Poderes. Pela decisão, os Três Poderes têm prazo de 60 dias para revisar e suspender pagamento das verbas indenizatórias sem base legal. Na decisão, Flávio Dino afirmou que há um “fenômeno da multiplicação anômala” de verbas indenizatórias incompatíveis com a Constituição. Ele cita o pagamento de “auxílio-peru” e “auxílio-panetone” (benefícios extras de fim de ano) como exemplos de ilegalidade. “Destaco que, seguramente, tal amplo rol de ‘indenizações’, gerando supersalários, não possui precedentes no direito brasileiro, tampouco no direito comparado, nem mesmo nos países mais ricos do planeta”, argumentou. A suspensão deve ser cumprida em todo o país e vale para o Judiciário, Executivo e Legislativo federais e estaduais. Flávio Dino também defendeu que o Congresso aprove uma lei para deixar claro quais as verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto constitucional, que é equivalente ao salário dos ministros do Supremo. **PÁGINA 7**

SUPREMA CORTE

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Lula volta a defender mandato para ministros do STF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) defendeu, ontem, que haja mandato para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Lula, entretanto, essa decisão cabe ao Congresso Nacional e não deve ter relação com a tensão entre os Poderes com o julgamento da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Em entrevista ao Portal UOL, o presidente lembrou que a questão do mandato para a Suprema Corte estava no programa de campanha do PT em 2018, quando Fernando Haddad concorreu à Presidência. “Eu acho que tudo precisa mudar e nada está livre de mudança”, disse Lula. “Eu acho que não é justo uma pessoa entrar com 35 anos e ficar até 75 anos, ou seja, não é justo. É muito tempo, então eu acho que pode ter um mandato. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 0,77% / 182.765,80 / 1.401,90 / Volume: 27.954.753.426 / Negócios: 4.072.686											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
GOLL54	11,37	0,00	0,00	MWET4	13,50	+56,61	+4,88	FICT3	0,70	-38,60	-0,44
RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090	MRSA3B	42,80	+9,74	+3,80	SEQL3	1,310	-22,94	-0,390
PETR4	37,24	-1,38	-0,52	BIOM3	6,74	+9,59	+0,59	JFEN3	1,01	-9,82	-0,11
B3SA3	16,35	+1,24	+0,20	TCSA3	1,63	+8,67	+0,13	BMIN4	19,05	-9,07	-1,90
CVCB3	2,49	-4,96	-0,13	ODPV3	12,12	+7,83	+0,88	RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090
									Dow Jones	49.407,66	+1,05
									S&P 500	6.976,44	+0,54
									NASDAQ Composite	23.592,107	+0,56
									Nasdaq 100	25.738,613	+0,73
									Euronext 100	1.783,36	+0,69
									CAC 40	8.181,17	+0,67
										Salário mínimo	R\$ 1.412,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,5373
										Taxa Selic	15%
										IGP-M	0,41% (jan.)
										IPCA-15	0,20% (jan.)
										CDI	14,90%
										EURO turismo	Compra: 6,2771 Venda: 6,4571
										DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2587 Venda: -0,55%
										DÓLAR comercial	Compra: 5,2569 Venda: 5,2575
										BM&F/grama/RJ	R\$ 809,28
										EURO Comercial	Compra: 6,1962 Venda: 6,1968
										Poupança	0,6728%
										DÓLAR turismo	Compra: 5,2807 Venda: 5,4607

MERCADOS



Em dia ruim para commodities, Bolsa tem leve alta

LUÍS EDUARDO LEAL E MATEUS FAGUNDES/AE

Após uma queda na casa de 2% na quarta-feira passada, no que foi sua maior correção desde 16 de dezembro, o Ibovespa (Índice Bovespa) retomou muito modestamente o sinal positivo ontem, em alta enfraquecida a 0,23%, aos 182.127,25 pontos no fechamento. Da mínima à máxima da sessão, oscilou dos 181.568,98 aos 184 017,44 pontos, com abertura a 181.708,47 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 34,3 bilhões. Na semana e no mês, o Ibovespa sobe 0,42%, recolocando o ganho acumulado no ano a 13,03%.

O Ibovespa sustentou o sinal positivo na sessão apesar do desempenho misto dos maiores bancos - à importante exceção de Itaú (PN +2,02%), a principal ação do setor, em alta após o balanço do quarto trimestre, da noite de quarta. Em direção ao encerramento, Bradesco também reagiu, com a ON em alta de 0,66% e a PN, de 0,81%. Destaque negativo para a principal ação do Ibovespa, Vale ON, em baixa de 3,33% na sessão, mas ainda acumulando ganho de 20,14% no ano.

Petrobras ON caiu 1,43% e a PN, 1,39%, com ambas as ações ainda avançando na casa de 20% em 2026. Os contratos futuros de petróleo recuaram quase 3% em Londres e Nova York. E o minério de ferro cedeu quase 2% na China, também em correção nesta quinta, o que se refletiu no desempenho das ações do setor metálico.

Os papéis da CSN (ON -

3,23%, na mínima do dia no fechamento) aprofundaram as perdas na última hora de negócios, pressionados por reportagem da Bloomberg que mostrou que a companhia negocia um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão para quitar títulos vencidos e reduzir a alavancagem. Segundo fontes, a operação seria garantida por ações de subsidiárias. Na esteira disso, CSN Mineração também virou ao terreno negativo e fechou em baixa de 1,98%.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, MRV (+6,85%), Vamos (+6,28%) e Cury (+3,71%). No lado oposto, Braskem (-4,56%), Porto Seguro (-3,73%) e Hapvida (-3,29%), além de Vale.

DÓLAR

Após trocas de sinal ao longo do dia, o dólar fechou a sessão de ontem, cotado a R\$ 5,2535 (+0,08). Mais uma vez, o real foi destaque entre emergentes e pouco sofreu com o ambiente externo adverso, marcado por alta global da moeda americana, tombo do petróleo, preocupações com o setor de tecnologia e dados fracos do mercado de trabalho nos EUA.

A divisa flutuou ao sabor da dinâmica global. As máximas no início da tarde acima de R\$ 5,28, com pico a R\$ 5,2883, ocorreram no momento de maior estresse lá fora, com avanço de mais de 20% do VIX, conhecido como índice do medo. A medida que a aversão ao risco arrefecia lá fora, o dólar diminuía os ganhos em relação ao real, embora não tenha conseguido se aproximar da mínima registrada no fim da manhã (R\$ 5,2353).

BALANÇO

BR Partners lucra R\$ 44,5 milhões no 4º trimestre de 2025

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O BR Partners, que ontem, anunciou resultados trimestrais, espera que o primeiro semestre de 2026 seja mais forte em fusões e aquisições (M&A, em inglês), influenciado por fatores como a valorização do Ibovespa e o forte fluxo estrangeiro para o mercado local nas últimas semanas. No ano passado, as operações tiveram queda no banco, e as receitas da atividade de banco de investimento e mercado de capitais somaram R\$ 304 milhões, recuo de 13,8%.

O diretor de Relações com Investidores e Assuntos Institucionais do BR Partners, Vinicius Carmona, conta que a partir do quarto trimestre o movimento de M&A já começou a melhorar, sinalizando um primeiro semestre positivo. O pipeline ganhou corpo e, mais importante, com operações que efetivamente viraram negócios. Ao longo de 2025, muitos negócios apareceram, mas acabaram morrendo antes de se concretizarem.

"Vimos a atividade de banco de investimento em patamares muito inferiores a de outros anos, influenciado por M&A", disse Carmona. "Claramente te-

mos uma janela mais propensa agora, com o fluxo estrangeiro voltando, os ativos melhor precificados em bolsas, juros com tendência de queda."

Outro fator que ajuda nas M&A é que muitas companhias se ajustaram financeiramente nos últimos anos, melhorando seus balanços, alongando dívidas, o que ajuda para bancar aquisições. "Está tudo se alinhando para ter retomada de M&A e nossa expectativa é para um ciclo um pouco mais duradouro de operações".

O banco de investimento BR Partners teve lucro líquido de R\$ 44,5 milhões no quarto trimestre de 2025, alta de 5,7% ante igual período de 2024. No ano, o ganho foi de R\$ 175,1 milhões, recuo de 9,6%. O retorno patrimonial (ROE, em inglês) fechou dezembro em 22,4%, de 20,4% há um ano.

As receitas totais do BR Partners somaram R\$ 131,3 milhões no quarto trimestre, recuo anual de 8,7%. A queda foi puxada pelo recuo das operações de tesouraria, com receitas 45% menores no quarto trimestre na comparação anual, segundo Carmona, por conta da forte competição no segmento.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança comercial tem 2º melhor resultado para janeiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A balança comercial registrou o segundo maior superávit para meses de janeiro desde o início da série histórica, beneficiada pela queda das importações, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 4,342 bilhões, alta de 85,8% em relação ao superávit de US\$ 2,337 bilhões no mesmo mês de 2025.

O resultado da balança comercial para meses de janeiro só perde para 2024. Naquele mês, houve superávit de US\$ 6,196 bilhões.

O valor das exportações e das importações:

- Exportações: US\$ 25,153 bilhões, queda de 1% em relação a janeiro do ano passado;
- Importações: US\$ 20,810 bilhões, queda de 9,8% na mesma comparação.

O valor das exportações é o terceiro melhor para meses de janeiro desde o início da série histórica, em 1989, só perdendo para janeiro de 2024 e de 2025. As importações registraram o

segundo melhor janeiro da série, só perdendo para o mesmo mês do ano passado.

SETORES

Na distribuição por setores da economia, as exportações em janeiro variaram da seguinte forma:

- Agropecuária: 2,1%, com queda de 3,4% no volume e alta de 5,3% no preço médio;
- Indústria extrativa: -3,4%, com alta de 6,2% no volume e queda de 9,1% no preço médio;
- Indústria de transformação: -0,5%, com recuo de 0,6% no volume e de 0,1% no preço médio.

PRODUTOS

Os principais produtos responsáveis pela queda das exportações em janeiro foram os seguintes:

- Agropecuária: café não torrado (-23,7%); algodão bruto (-31,2%); e trigo e centeio não moídos (-33,6%);
- Indústria extrativa, óleos brutos de petróleo (-7,8%); e minério de ferro (-8,6%);
- Indústria de transformação: óxido de alumínio, exceto co-

rindo artificial (-54,6%); açúcares e melações (-27,2%) e tabaco (-50,4%).

No caso do agronegócio, as exportações de soja cresceram 91,7% em relação a janeiro do ano passado, por causa da antecipação de embarques, e as vendas de milho não moído aumentaram 18,8%.

Em relação ao petróleo bruto, a queda nas exportações chega a US\$ 364,6 milhões em relação a janeiro de 2025. Tradicionalmente, as vendas de petróleo registram forte variação mensal por causa da manutenção programada de plataformas.

Em relação às importações, a queda está vinculada ao petróleo e à desaceleração da economia, com a diminuição dos investimentos.

Na divisão por categorias, os principais produtos são os seguintes:

- Agropecuária: cacau bruto ou torrado (-86,3%); e trigo e centeio não moídos (-35,5%);
- Indústria extrativa: óleos brutos de petróleo (-49,8%); e gás natural (-15,8%);
- Indústria de transformação: motores e máquinas não elétricos (-66,8%); óleos com-

bustíveis de petróleo (-17,5%); e partes e acessórios de veículos (-20,4%).

PROJEÇÕES

Para este ano, o MDIC projeta superávit comercial de US\$ 70 bilhões a US\$ 90 bilhões. As exportações devem encerrar o ano entre US\$ 340 bilhões e US\$ 380 bilhões e as importações entre US\$ 270 bilhões e US\$ 290 bilhões.

As projeções oficiais para a balança comercial são atualizadas trimestralmente. Segundo o Mdic, novas estimativas mais detalhadas sobre exportações, importações e saldo comercial de 2026 serão divulgadas em abril.

No ano passado, a balança comercial registrou superávit de US\$ 68,3 bilhões. O recorde de superávit foi registrado em 2023, quando o resultado positivo ficou em US\$ 98,9 bilhões.

As estimativas do Mdic estão mais otimistas que as das instituições financeiras. Segundo o Boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com analistas de mercado, a balança comercial encerrará o ano de 2026 com superávit de US\$ 67,65 bilhões

Exportações aos EUA caem 25,5% em janeiro, mas vendas à China crescem

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pelo sexto mês seguido desde o tarifaço do governo de Donald Trump, as exportações brasileiras para os Estados Unidos acumularam queda. As vendas para a China, no entanto, continuaram a subir, segundo dados divulgados ontem, em Brasília, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Em janeiro, as vendas para os Estados Unidos totalizaram US\$ 2,4 bilhões, recuo de 25,5% em relação aos US\$ 3,22 bilhões no mesmo mês de 2025. As importações de produtos norte-americanos também caíram 10,9% pa-

ra US\$ 3,07 bilhões. O resultado foi um déficit de US\$ 670 milhões na balança comercial bilateral em desfavor do Brasil.

Esta foi a sexta retração consecutiva nas vendas brasileiras aos EUA desde a imposição da sobretaxa de 50% aplicada pelo governo de Donald Trump a produtos do Brasil, em meados de 2025. Apesar de a tarifa ter sido parcialmente revista no fim do ano passado, o Mdic estima que 22% das exportações brasileiras ainda estejam sujeitas às alíquotas extras, que variam entre 40% e 50%.

CHINA

Na contramão do desempe-

nho com os Estados Unidos, o comércio com a China apresentou resultado positivo. As exportações brasileiras ao país asiático cresceram 17,4% em janeiro, somando US\$ 6,47 bilhões, contra US\$ 5,51 bilhões um ano antes. As importações caíram 4,9% para US\$ 5,75 bilhões, o que garantiu ao Brasil um superávit de US\$ 720 milhões no mês.

Entre os principais parceiros comerciais, a corrente de comércio - soma de importações e exportações - com a China alcançou US\$ 12,23 bilhões, alta de 5,7%. Já o intercâmbio com os Estados Unidos somou US\$ 5,47 bilhões, queda de 18%, refletindo a redução tanto nas exporta-

ções quanto nas importações.

OUTROS MERCADOS

O comércio com a União Europeia gerou superávit de US\$ 310 milhões para o Brasil, embora a corrente comercial tenha recuado 8,8% em relação a janeiro de 2025. As exportações para o bloco caíram 6,2%, enquanto as importações diminuíram 11,5%.

Com a Argentina, o Brasil registrou superávit de US\$ 150 milhões, mesmo com a forte retração de 19,9% no comércio bilateral. As exportações brasileiras ao país vizinho caíram 24,5% e as importações recuaram 13,6% na comparação anual.

COMISSÃO

Alckmin: intercâmbio entre Brasil e Rússia é expressivo, mas modesto

MATEUS MAIA/AE

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (**foto**), disse ontem, que parcerias sólidas não dependem apenas da conjuntura mundial. Ele discursou na abertura da VIII Reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN), dizendo que o comércio com o país europeu é expressivo, mas pode aumentar.

"Parcerias sólidas não dependem apenas da conjuntura, mas de interesses estruturais bem compreendidos. Brasil e Rússia são economias de grande escala dotadas de ampla base produtiva, recursos naturais estratégicos, capacidade tecnológica e mercados internos relevantes",



TOMAZ SILVA/ABRASIL

afirmou Alckmin.

Segundo ele, os países podem aumentar mais a troca comercial. O Brasil estaria adotando uma política consistente de neointustrialização e quer uma indústria mais verde, digital e

integrada as cadeiras internacionais de valor.

"Essa combinação cria oportunidades concretas para ampliar, diversificar e qualificar nossa cooperação econômica e comercial. Nosso intercâmbio,

embora relevante, ainda está aquém do potencial das duas economias.

O comércio bilateral alcançou cerca de US\$ 11 bilhões em 2025. Número expressivo, mas modesto diante das capacidades produtivas, tecnológicas e logísticas do Brasil e da Rússia", completou o vice-presidente.

Para Alckmin, há espaço para mais empresas brasileiras na Rússia no ramo de alimentos processados, máquinas, equipamentos, dispositivos médicos, tecnologia agrícola e soluções industriais. E também haveria oportunidades para os russos investirem no Brasil nas áreas de química, fertilizantes, energia, equipamentos industriais e infraestrutura. Ao citar Trump,



Carro voador

Empresa da Embraer vende aeronaves elétricas ao Japão

Guilherme Jeronymo/Brasil

A empresa Eve Air Mobility, subsidiária da Embraer que desenvolve aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL), anunciou a venda de dois veículos para a japonesa AirX, que atua com transporte aéreo, atualmente utilizando helicópteros. O contrato pode ser ampliado, pois há a opção de com-

pra de até 50 unidade. Com a entrega dos veículos prevista para 2029 e previsão de operação em Tóquio e Osaka, como veículo de última milha para rotas turísticas, a venda foi a primeira da empresa para a região da Ásia-Pacífico. Embraer e Eve participam do Singapore Airshow, uma das maiores feiras do setor. “Estamos entusiasmados em firmar parceria com a Eve Air

Mobility para levar o transporte aéreo da próxima geração ao Japão”, afirmou Kiwamu Tezuka, fundador e CEO da AirX, em posicionamento oficial das companhias para anunciar o acordo. Para ele, essa colaboração reforça o compromisso com sustentabilidade e inovação, além de posicionar a AirX na linha de frente do mercado em evolução da mobilidade aérea. Com o anúncio, as ações da

empresa na B3 interromperam o movimento de queda. Lançadas em julho de 2025, a R\$ 39 a ação, terminaram o pregão dessa quarta-feira a R\$19,80. Quarta-feira foram vendidas a R\$ 19,62, igualando o menor valor, registrado em 17 de setembro. Na bolsa de Nova Iorque (NYSE), as ações da empresa estão em queda desde 22 de janeiro, quando estavam cotadas a US\$ 4,59. Ontem foram negociadas a US\$ 3,65.

Balanço

Bradesco tem lucro líquido de R\$ 6,5 bi no 4º trimestre de 2025

André Marinho e Altamiro Silva Junior/AE

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 6,5 bilhões no quarto trimestre de 2025, alta de 20,6% em doze meses e de 5% frente ao terceiro tri-

mestre. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 15,2%, ante 12,7% há um ano. No acumulado de 2025, o lucro somou R\$ 24,7 bilhões, alta anual de 26%. A margem financeira bruta atingiu R\$ 19,2 bilhões no quarto trimestre, expansão de 13,2%

em base anual e de 2,9% na trimestral. A margem com clientes somou R\$ 19,1 bilhões, avanço de 18,4% no ano contra ano e de 2,7% frente ao trimestre anterior. A margem com mercado foi de R\$ 126 milhões no período,

queda de 85% na comparação com o quarto trimestre de 2024 e aumento de 27,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A margem financeira líquida totalizou R\$ 10,4 bilhões, alta de 17,7% em base anual e de 9,3% no confronto trimestral.

2025

Multiplan tem lucro líquido de R\$ 421,5 milhões no 4º trimestre

Circe Bonatelli/AE

A Multiplan - dona de uma rede com 20 shopping centers - teve lucro líquido de R\$ 421,5 milhões no quarto trimestre de 2025, queda de 17,7% ante o mesmo período de 2024, conforme balanço publicado nesta quinta-feira, 5. No acumulado do ano, o lucro líquido totalizou R\$ 1,141 bilhão, retração de 14,9% ante 2024.

A queda no lucro da Multiplan não ocorreu por conta da situação dos shoppings, onde as vendas dos lojistas cresceram 8% no ano, para R\$ 25,9 bilhões.

Em parte, a explicação se deve a uma base de comparação mais forte. Isso porque, no quarto trimestre de 2024, a empresa vendeu ativos relevantes - 25% de participação no Jundiá Shopping e dois terrenos em Ribeirão Preto - turbinando a receita no período.

Outra explicação é o aumen-

to da despesa com pagamento de juros, já que a companhia tomou mais financiamentos para comprar participação societária do fundo de pensão canadense OTPP, em 2024.

Na parte operacional, o balanço da Multiplan mostrou ampliação das receitas de locação de lojas, estacionamento e serviços.

Isso ajudou o Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), que somou R\$ 707 milhões no quarto trimestre, crescimento de 6,1% na mesma base de comparação anual. A margem Ebitda foi a 78,4% no quarto trimestre, subida de 7,2 pontos percentuais. No acumulado do ano, o Ebitda foi de R\$ 2,003 bilhões, aumento de 8,4% ante 2024.

O FFO (lucro líquido excluindo depreciação, amortização e efeitos não caixa) chegou a R\$ 570,2 milhões no quarto trimestre, baixa de 9,9% na compara-

ção anual, enquanto a margem FFO atingiu 63,2%, corte 4,4 de pontos percentuais. No ano, o FFO totalizou R\$ 1,378 bilhão, baixa de 12,9% ante 2024.

A receita líquida no quarto trimestre totalizou R\$ 901,8 milhões, recuo de 3,7%. No ano a receita totalizou R\$ 2,739 bilhões, alta de 7,6%.

A receita com locação de espaços nos shoppings no quarto trimestre cresceu 8,4% na comparação anual, para R\$ 587,3 milhões, ajudada pelo efeito do IGP-DI nos contratos de aluguel, expansão da área dos shoppings, além de faturamento com mídia e percentual das vendas.

A receita de estacionamentos no quarto trimestre aumentou 4,9%, chegando a R\$ 1022 milhões, após reajustes de tarifas implementados em 19 shoppings ao longo do ano.

A receita de serviços no quarto trimestre teve crescimento de 38,6%, para R\$ 52,1 milhões.

O faturamento com venda de imóveis no quarto trimestre caiu 22,6%, para R\$ 282 milhões.

As despesas de propriedades no quarto trimestre totalizaram R\$ 25,4 milhões no quarto trimestre, queda de 49,6% - a maior redução trimestral já registrada - em virtude da maior ocupação dos shoppings e recuperação de contas em atraso dos lojistas.

Já as despesas financeiras pesaram. O resultado financeiro no quarto trimestre gerou uma despesa líquida de R\$ 182,5 milhões, montante 65% maior do que um ano antes. A linha de imposto de renda cresceu 76,5%, para R\$ 69,8 milhões.

A Multiplan encerrou o quarto trimestre com dívida líquida de R\$ 4,668 bilhões, alta de 5,4% ante o terceiro trimestre do mesmo ano, alavancagem de 2,33 vezes, ante 2,26 vezes no trimestre imediatamente anterior.

Agricultura

Conab prevê colheita recorde de café com crescimento de 17,1%

Pedro Peduzzi/AbraSIL

A produção brasileira de sacas beneficiadas de café pode ser recorde e subir 17,1% em 2026, de acordo com projeção divulgada ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo o 1º Levantamento da Safra de Café em 2026, o volume produzido deve somar 66,2 milhões de sacas beneficiadas, superando o ciclo anterior, de 2025.

“Se confirmado o resultado, este será um novo recorde na série histórica da Companhia, ultrapassando a safra de 2020, quando foram colhidas 63,1 milhões de sacas”, informou a Conab. Mais terra e produtividade. O crescimento se deve a fatores como o aumento de 4,1% na área usada para a produção,

também em relação ao ano passado. A estimativa é que 1,9 milhão de hectares sejam plantados na atual temporada. A Conab projeta ainda elevação de 12,4% na produtividade em relação à safra passada, com uma colheita de 34,2 sacas por hectare. De acordo com a companhia, a melhora da produtividade se deve às condições climáticas mais favoráveis e à adoção de tecnologias e boas práticas de manejo nas lavouras. Árábica e conilon. Com relação à produção de café arábica, a colheita estimada é de 44,1 milhões de sacas - aumento de 23,3% na comparação com o ciclo 2025. A expectativa é também de aumento na colheita do café tipo conilon. A safra estimada é de 22,1 milhões de sacas.

Fundaf

TCU: técnicos veem ilegalidade em gastos de R\$ 32,5 bilhões

Renan Monteiro/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Ministério da Fazenda, no prazo de 180 dias, regularize a gestão do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), após a constatação de falhas e possíveis ilegalidades na condução desse mecanismo entre 2009 e 2018.

Um dos principais achados em auditoria aponta para o uso de R\$ 32,5 bilhões no pagamento de pessoal e encargos sociais. A equipe de auditoria classificou isso como "prática ilegal", por entender que representa desvio da finalidade do fundo, pois não é destinado a esse tipo de gasto.

O Fundaf foi criado nos anos 1960 e, em geral, financia despesas com o reaparelhamento e o reequipamento das atividades de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB). Ao longo do tempo, esse mecanismo passou a custear o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Carf) e de projetos e atividades a cargo do Fisco.

O relatório de auditoria da Corte de Contas mostrou que foram movimentados R\$ 117 bilhões de 2009 a 2018, incluindo recursos legais vinculados ao Fundaf e às suas subcontas especiais. Porém, é dentro desse montante que foram verificadas algumas irregularidades na gestão.

No período de análise, por exemplo, foram pagos aproximadamente R\$ 252 milhões a título de honorários sucumbenciais, mas essa quantia foi utilizada na fase administrativa da cobrança da Dívida Ativa da União (DAU). Ou seja, alguns advogados públicos receberam verbas antes do ajuizamento de qualquer ação, o que configura irregularidade.

Houve ainda recebimento indevido de R\$ 2,3 bilhões após a aplicação incorreta de percentuais de parcelas que

abasteceram o fundo no período. Ele é composto por receitas legalmente vinculadas.

O TCU determinou a instituição de normas para melhorar a gestão do Fundaf, incluindo a publicação de relatórios específicos para controle e transparência na aplicação dos recursos.

A Corte, inicialmente, avaliou a necessidade de ajustes contábeis para corrigir a alocação desse montante de R\$ 2,3 bilhões, que deveria ser transferido à Conta Única do Tesouro. Porém, em resposta à diligência, a Secretaria do Tesouro Nacional informou ser "impraticável" realizar tais ajustes em exercícios financeiros já encerrados, conforme os relatos na peça.

De acordo com o relatório técnico da Corte de Contas, os recursos vinculados ao Fundaf superaram as reais necessidades de gastos dos órgãos beneficiados. Ao final do exercício de 2018, o Fundaf e as subcontas especiais registraram superávit de R\$ 19,73 bilhões.

"O Fundaf arrecada consistentemente mais que o dobro de suas necessidades - conforme demonstram tanto os dados históricos quanto os do plano de 2025 - e acumula superávit que não pode ser revertido à sociedade. A solução para o desajuste legal, admitido pela RFB, não reside em mera ciência de prática orçamentária consolidada, mas sim no enfrentamento de sua causa-raiz", diz o ministro e relator do processo Jhonatan de Jesus. A decisão é dessa quarta-feira, 4.

Além das determinações, o TCU recomendou que o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento adotem medidas com vistas a propor mudança legislativa para solucionar o "descompasso crônico" entre a arrecadação excessiva do Fundaf, suas reais necessidades de gasto e a "frequente utilização" de recursos em despesas não previstas em lei.

Alla Participações e

Administração de Bens Ltda.

CNPJ/MF 29.401.295/0001-90 - NIRE 33.2.1047887-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **Alla Participações e Administração de Bens Ltda.** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma online, via *"Teams"*, às 11h em 1ª convocação ou às 11h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25; (ii) apuração de desvios de recursos da Sociedade; (iii) aprovação da proposição de eventual ação de responsabilidade, bem como exclusão de V.Sa. do quadro societário por falta grave; (iv) dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affected societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso; (v) a nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (vi) fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (vii) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião via *teams* deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

Atitude Viagens e Turismo Ltda.

CNPJ/MF 23.836.070/0001-80 - NIRE 33.2.1009465-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **Atitude Viagens e Turismo Ltda.** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma online, via plataforma *"Teams"*, às 12h em 1ª convocação ou às 12h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25; (ii) a apuração de desvios de recursos da Sociedade; (iii) aprovação da proposição de eventual ação de responsabilidade, bem como exclusão de V.Sa. do quadro societário por falta grave; (iv) a dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affected societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso entre os sócios e do pedido de demissão em massa dos funcionários; (v) nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (vi) fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (vii) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião via *teams* deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Milton Delgado Soares - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara de Família da Regional da Barra da Tijuca, RJ, **FAZ SABER** a quantos este edital virem e dele conhecimento tiverem, que por sentença deste Juízo nos autos da ação nº **0014697-10.2022.8.19.0209**, foi decretada a interdição de **Mariza Germano de Carvalho** - Nacionalidade Brasileira - CPF: ***.024.447-**- RG: ***6775**- Endereço: Praça Telê Santana, nº 85 Apto 1403 B1 2 - CEP: 22793-298 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, sendo-lhe nomeado(a) **CURADOR(A)** o(s) Sr.(a) **Andrea Germano Carvalho de Freitas**, Nacionalidade Brasileira RJ, Profissão: Empregário, Estado Civil: Divorciado, Data de Nascimento: 14/04/1970, Filiação: Pai - Robinson Henriques de Carvalho, Mãe - Mariza Germano de Carvalho, CPF: ***.643.937-**, RG: ***1259**- Emissor: IFP, Endereço: Praça Telê Santana, nº 85 Apto 1403 Bloco 2 - CEP: 22793-298 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, e **Marcelo Germano de Carvalho**, Nacionalidade Brasileira, RJ, Profissão: Funcionário Público Civil, Estado Civil: Solteiro, Data de Nascimento: 05/07/1974, Filiação: Pai - Robinson Henriques de Carvalho, Mãe - Mariza Germano de Carvalho, CPF: ***.450.917-**, RG: ***125**- Emissor: IFP, Endereço: Avenida Vice-presidente José Alencar, nº 1500 Bloco 2, Ap 1508 - CEP: 22175-033 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ. Este edital será publicado por três vezes com intervalo de 10 (dez) dias, no Órgão Oficial. Rio de Janeiro, dezesseis de janeiro de dois mil e vinte e cinco. Eu, Sebastiao Felizardo dos Santos - Escrivão - Matr. 01/26560, o subscrevo.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MÁLAGA GARDEN – 13.634.499/0001-30, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/201.049/2008, a renovação de sua Licença Municipal de Operação LMO nº 002643/2020 para Estação de Tratamento de Esgotos situado na Av. Brasil, 49.101 - Campo Grande – Rio de Janeiro/RJ.

L&L Zorzi Construtora e Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF 26.478.151/0001-43 - NIRE 33.1.0573006-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **L&L Zorzi Construtora e Incorporadora Ltda.** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma online via *teams*, às 13h em 1ª convocação ou às 13h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affected societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso; (ii) a nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (iii) a fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (iv) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião via *Teams* deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

Call Negócios e Serviços Ltda. EPP

CNPJ/MF 11.004.383/0001-92 - NIRE 33.2.0951459-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Convocamos os senhores sócios para se reunirem em Reunião de Sócios da **Call Negócios e Serviços Ltda. EPP** a ser realizada no dia 13/02/26 de forma de forma online, via *"Teams"*, às 10h em 1ª convocação ou às 10h30 em 2ª convocação, para discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração do exercício social encerrado em 31/12/25; (ii) encerramento de contratos atualmente vigentes, em decorrência da ausência de receitas; (iii) regularização do certificado digital da Sociedade para cumprimento das obrigações; (iv) apuração de desvios de recursos da Sociedade; (v) aprovação da proposição de eventual ação de responsabilidade, bem como exclusão de V.Sa. do quadro societário por falta grave; (vi) dissolução e liquidação da Sociedade, em razão da quebra do *affected societatis* e da inviabilidade de consecução dos objetivos sociais, diante da inexistência de consenso; (vii) nomeação de liquidante e fixação de seus poderes e remuneração; (viii) fixação de diretrizes para a liquidação, incluindo, mas não se limitando à eventual venda de ativos para liquidação de passivos; e (ix) demais assuntos necessários. A forma de ingresso à reunião deverá ser solicitada até 12/02/26 pelo e-mail gcaffettani@pegas.law.

PARTIDOS

PSD de Kassab atrai deputados do PSDB e do Cidadania na Alesp

GEOVANI BUCCI/AE

O PSD, comandado por Gilberto Kassab, que também ocupa a Secretaria de Governo e Relações Institucionais de São Paulo, anunciou a filiação de sete deputados estaduais atualmente no PSDB e no Cidadania ontem. Segundo nota divulgada pelo partido, o movimento tem como objetivo fortalecer a base política do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na disputa pela reeleição este ano.

Anunciaram compromisso de filiação os deputados Analice Fernandes, Barros Munhoz, Carlão Pignatari, Maria Lúcia Amary, Mauro Bragato e Rogério Nogueira, todos do PSDB, além de Dirceu Dalben, do Cidadania. Eleitos em 2022 na base do então governador Rodrigo Garcia, os parlamentares adotaram inicialmente uma postura de independência em relação ao Palácio dos Bandeirantes, mas passaram a se alinhar gradualmente ao governo

SAÚDE

Governo Tarcísio inaugura Hospital Regional de Cruzeiro



O governador Tarcísio de Freitas inaugurou ontem o Hospital Regional Circuito da Fé e Vale Histórico, na cidade de Cruzeiro. Com investimento de R\$ 153,4 milhões, a unidade será referência regional em média e alta complexidade para 450 mil moradores de 17 municípios do Vale do Paraíba, além de atender à demanda de 13 milhões de peregrinos e turistas visitam a região anualmente.

“A inauguração do Hospital Regional de Cruzeiro é um sonho de muito tempo. Um hospital que vai atender aos municípios da região e eliminar o sofrimento de muitas pessoas que têm que viajar quilômetros e quilômetros para suas terapias e vão ter oportunidade de fazer perto de casa. Isso começa a descomprimir as outras unidades de saúde do Vale. A gente acaba aumentando a oferta e isso permite a regionalização”, afirmou o governador.

O atendimento começa a partir da próxima segunda-feira (9), sob gestão da Organização Social de Saúde (OSS) Instituto Sócrates Guanaes. Na primeira etapa, serão 18 leitos de observação e exames diagnósticos com raio-X, ultrassonografia, tomografia, endoscopia digestiva e colonoscopia, entre outros.

“Desde o início da gestão, o governador Tarcísio coloca para a gente a importância de estarmos cada vez mais próximos dos prefeitos e da população. A regionalização da saúde é conhecer a necessidade de cada região para saber o que vamos oferecer. E é baseado nisso que estamos inaugurando este hospital. Todo o perfil assistencial é feito de acordo com as necessidades da região”, disse o secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva.

O atendimento em Cruzeiro

Tarcísio ao longo da atual legislatura.

Com a incorporação dos novos quadros, a base do governador, que já é majoritária, tende a se consolidar ainda mais na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Atualmente, Tarcísio conta com o apoio de 52 deputados, de partidos como PL, União Brasil, Republicanos, PSD, MDB, Podemos e PP. A oposição reúne 29 parlamentares, distribuídos entre PT, PSB, PDT, PCdoB e Rede Sustentabilidade.

O movimento em São Paulo ocorre em meio a uma ofensiva nacional do PSD para ampliar seus quadros. Neste início de ano, o partido passou a contar com seis governadores, incluindo Ronaldo Caiado (Goiás) e Marcos Rocha (Rondônia).

A sigla também lidera em número de prefeituras no País, com 891 administrações municipais, além de manter uma das maiores bancadas no Congresso, com 47 deputados federais e 14 senadores.

PEDÁGIOS

Imigrantes-Anchieta terá sistema free flow em julho

MARIA TOMAZELA/AE

As praças de pedágio das rodovias Anchieta e Imigrantes, principais acessos às praias da Baixada Santista, serão substituídas por pedágio free flow. A cobrança, que hoje é feita apenas no sentido do litoral, passará a ser nos dois sentidos, mas o valor atual, de R\$ 38,70, será pago de forma dividida: R\$ 19,35 na ida e R\$ 19,35 na volta. A previsão é de que a cobrança de tarifa pelo novo sistema comece em julho.

Conforme a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), a modernização da cobrança de pedágio no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) tem início neste sábado, com a instalação do pórtico eletrônico no km 33 da Via Anchieta, ainda inativo, pela concessionária Ecovias Imigrantes. A praça física de pedágio, hoje no km 31 da rodovia, será substituída pelo sistema eletrônico Siga Fácil (nome dado pelo governo estadual ao free flow), permitindo mais fluidez e segurança no tráfego.

Na Rodovia dos Imigrantes, o pórtico será instalado até o final do mês no km 29, em substituição à atual praça do km 32. Inicialmente, haverá apenas o posicionamento da estrutura, mas sem cobrança.

O pagamento do pedágio continua sendo realizado apenas na praça existente. Motociclistas vão continuar isentos. A expectativa é de que o modelo elimine as longas filas que se formam nas atuais praças de pedágio, especialmente em ferias

dos prolongados.

DEMAIS PRAÇAS

A mudança atinge apenas os pedágios instalados no eixo principal das duas rodovias. Os pedágios de contenção instalados nos acessos às cidades da Grande São Paulo vão continuar com as praças já instaladas.

Conforme a concessionária Ecovias, os pórticos de free flow serão instalados na entrada do "garrafão" das praças atuais. Está prevista a demolição das cabines atuais após o início da operação do novo sistema.

Ainda segundo a Ecovias, no primeiro momento o pedágio eletrônico será implantado em substituição às duas praças localizadas no sentido litoral, na Imigrantes e na Anchieta. "Com essa implantação, os usuários do SAI poderão se habituar gradualmente a esse novo sistema de cobrança, que no futuro poderá vir a substituir outras praças, a depender de novas tratativas com o governo", afirma a concessionária.

Por enquanto, segundo a Ecovias, as chamadas praças de bloqueio, para acesso aos bairros de Diadema e São Bernardo na Imigrantes, e os pedágios das rodovias Padre Manoel da Nóbrega e Cônego Domênico Rangani continuarão operando normalmente, com as estruturas físicas e funcionários.

OPERAÇÃO COMBOIO

A troca no modelo de pedágio vai afetar a Operação Comboio, um procedimento de se

gurança adotado pela Polícia Rodoviária Estadual e pela concessionária quando há neblina densa no sistema, sobretudo no trecho da Serra do Mar. Atualmente, as praças de pedágio são usadas para reter o tráfego e formar os grupos de veículos que transpõem os trechos de neblina guiados por viaturas em baixa velocidade, reduzindo o risco de acidentes.

Segundo a Ecovias, quando o sistema eletrônico de cobrança entrar em funcionamento, as estruturas físicas das praças de pedágio existentes serão mantidas temporariamente a fim de viabilizar a realização da Operação Comboio, já que a medida contratual é necessária para a segurança viária.

A concessionária, porém, já desenvolveu um estudo para usar sensores em pontos críticos para a formação de neblina que irão acionar automaticamente a sinalização e os comandos para a redução da velocidade.

A nova solução técnica com uso de inteligência artificial, que dispensa a parada obrigatória como é feita atualmente, já foi apresentada pela Ecovias Imigrantes à Artesp e está em fase de análise. "É um conceito inédito em rodovias no Brasil, com a utilização de novas tecnologias que priorizam a segurança dos motoristas. As praças de pedágio serão demolidas somente quando o projeto for homologado e implantado", diz a concessionária.

Com a demolição das praças, as pistas das rodovias voltam à configuração normal, eliminando o alargamento, conhecido

como "garrafão".

TERCEIRA PISTA

Além da mudança nos pedágios, a pedido do governo de São Paulo, a concessionária está desenvolvendo o projeto para construção da terceira pista da Imigrantes, que será uma nova ligação entre a região metropolitana de São Paulo e a Baixada Santista.

A pista projetada terá 21,5 km de extensão, sendo 17 km em túneis e 4 km em viadutos. O empreendimento inclui também o maior túnel rodoviário do País, com cerca de 6 km de extensão. O projeto ampliará a capacidade no trecho de serra em 25% no geral e em 145% quando se considera apenas a descida de caminhões, atendendo às demandas atuais e futuras de mobilidade e logística na região.

Os projetos em andamento não fazem parte do contrato original da concessionária e serão realizados conforme definições e autorizações do governo. Obras e serviços não previstos implicam em revisão contratual, por meio de equilíbrio econômico-financeiro.

O Sistema Anchieta-Imigrantes está entre os corredores viários mais movimentados do país. Atualmente, o volume diário varia entre 300 mil e 600 mil veículos, mas o movimento aumenta muito nos fins de semana e feriados.

Durante a alta temporada deste verão, de 15 de dezembro a 22 de fevereiro, a previsão é de que 4,6 milhões de veículos passem pelo sistema.

VIDA ANIMAL

SP amplia rede de atendimento veterinário e dobra ‘pet container’

O Governo de São Paulo entregou 32 unidades de consultórios veterinários do Pet Container no ano passado. Em 2024, foram 16 unidades entregues. Desde 2023, já são 53 unidades entregues, garantindo acesso e atendimento veterinário gratuito. O programa da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil) visa ampliar e atender principalmente municípios de menor porte, ampliando o acesso aos serviços veterinários públicos.

“O Pet Container é uma ferramenta estratégica para cuidar da saúde e do bem-estar dos animais, especialmente em cidades que ainda não contam com atendimento veterinário público. Por meio do atendimento clínico básico, conseguimos prevenir doenças, orientar os tutores e garantir mais qualidade de vida para cães e gatos. Cuidar dos animais também é cuidar da saúde das pessoas, e o Pet Container fortalece essa relação, levando o serviço para mais perto da população”, diz Rebecca Politti, diretora estadual de Bem-estar Animal.

Cada pet container possui 60 m² e estrutura completa de consultório, com capacidade para até 10 atendimentos diários. As unidades são fornecidas pela Semil, enquanto a inauguração, gestão e manutenção ficam sob responsabilidade das prefeituras.

Veja os municípios já atendidos:

Arealva; Brodowski; Cajobi; Cândido Rodrigues; Colina; Dois Córregos; Getulina; Itararé; Jardinópolis; Magda; Mineiros do Tietê; Nova Granada; Osvaldo Cruz; Severínia; Taiaçu; Valentim Gentil; Aguaí; Agudos; Aparecida; Araçoiaba da Serra; Barrinha; Bebedouro; Brotas; Capão Bonito; Cerqueira César; Cravinhos; Divinolândia; Do-



brada; Elisiário; Engenheiro Coelho; Fernando Prestes; Guariba; Iracemápolis; Monte Azul Paulista; Morro Agudo; Pontal; Santa Ernestina; Santa Gertrudes; Santa Rita do Passa Quatro; Santa Rosa de Viterbo; São José do Rio Pardo; São Sebastião da Gramma; Sete Barras; Tabatinga; Tambaú; Torrinha; Vargem Grande do Sul; Viradouro, Itariri; Pariqueira-Açu; Rio das Pedras; Cananéia.

CLÍNICAS

Além dos pet containers, o programa Meu Pet conta com uma rede de clínicas veterinárias voltadas a procedimentos de maior complexidade, como atendimentos de urgência e emergência, exames laboratoriais, castrações e cirurgias. Já estão em funcionamento unidades em Araçatuba, Votuporanga, Santa Bárbara d'Oeste e Sorocaba — esta úl-

tima inaugurada em 2025, com investimento de R\$ 8,65 milhões.

A clínica de São José do Rio Preto aguarda definição da prefeitura para início do atendimento ao público. A unidade de Ribeirão Preto, já concluída, também depende de definição municipal para abertura.

Somadas, as clínicas veterinárias representam R\$ 43,6 milhões em investimentos estaduais em saúde e bem-estar animal.

CASTRações

A política estadual de proteção animal também é reforçada pelo Pro Pet SP, programa gratuito do Governo de São Paulo, iniciado em dezembro de 2025, e que prevê a realização de 52,8 mil castrações até julho deste ano. A ação, que acontece em 256 municípios, visa promover o controle populacional de cães e

gatos, ampliando o acesso às políticas públicas de bem-estar animal, com investimento de R\$ 10,5 milhões.

DENÚNCIAS

O Governo de São Paulo possui serviço exclusivo on-line para receber denúncias de maus-tratos contra animais, pelo site www.webdenuncia.sp.gov.br/depa. Os casos podem ser relatados de forma anônima. Desde 2023, foram registradas 49,7 mil queixas, por meio da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), sendo 20,9 mil apenas no ano passado.

O Disque Denúncia é um dos principais canais de comunicação entre a população e as forças de segurança. Inicialmente disponibilizado apenas por telefone, o serviço foi ampliado com a criação do site e desde 2016 recebe denúncias de maus-tratos contra animais.

TURISMO

Rio espera receber 8 mi de foliões para o carnaval

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Rio de Janeiro espera mais de 8 milhões de foliões para aproveitar o carnaval em toda a cidade, dos quais 6,8 milhões nos blocos e 1,5 milhão de pessoas divididas entre os desfiles da Marquês de Sapucaí, Intendente Magalhães, Terreirão do Samba, Avenida Chile, Cinelândia e bailes populares. Apenas no Sambódromo são esperadas 500 mil pessoas nos desfiles do Grupo Especial, da Série Ouro e das escolas de samba mirins.

O presidente da Empresa Municipal de Turismo do Rio (Riotur), Bernardo Fellows, disse que a cidade está preparada para receber os foliões e os órgãos municipais estão integrados para fazer uma operação segura no período carnavalesco. A recomendação é usar transporte público por conta das diversas ruas interditadas para blocos e desfiles na Sapucaí. Haverá reforço na operação dos serviços noturnos que atendem a região do Sambódromo. No carnaval, o Metrô Rio terá funcionamento ininterrupto, a par-

tir das 5h de sexta-feira (13) até as 23h59 de quarta-feira (18). Apenas no Sambódromo haverá seis postos médicos com 140 profissionais para atender a população. Além disso, 22 mil profissionais de saúde vão atuar nesse período com muitas unidades abertas 24 horas. Segundo o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, o folião deve se programar bem antes de curtir a folia. “Aproveite a festa com responsabilidade. Muitas pessoas esquecem de tomar os remédios de uso contínuo de doenças crônicas”,

disse Soranz.

RECOMENDAÇÕES

- Manter a medicação de uso contínuo
- Beber bastante água
- Moderar a ingestão de bebidas alcoólicas
- Usar roupas leves e calçados confortáveis
- Atenção ao uso de produtos cosméticos e capilares que possam causar alergia e cegueira temporária ou permanente
- Levar documento de identificação e telefone de contat

CORRUPÇÃO

STJ condena conselheiro do TCE-RJ a 13 anos de prisão

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria de votos, condenou o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) José Gomes Graciosa à pena de 13 anos de prisão, em regime inicial fechado, pelo crime de lavagem de dinheiro, além de decretar a perda do cargo público. Pelo mesmo crime, o colegiado também condenou a esposa do conselheiro, Flávia Graciosa, à pena de 3 anos de reclusão, com substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. A ministra Isabel Gallotti, relatora

do caso, também determinou a devolução dos valores objeto de lavagem de dinheiro. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) como resultado das operações Quinto do Ouro e Descontrole, que apontaram a existência de uma organização criminosa composta por conselheiros do TCE-RJ, os quais teriam recebido percentuais sobre o valor de diversos contratos celebrados pelo estado do Rio de Janeiro. Os crimes teriam ocorrido entre 1999 e 2016. A relatora reconheceu que, embora prescrita a pretensão pu-

nitiva do específico crime de corrupção, que teria originado os valores objeto da lavagem denunciada pelo Ministério Público, o mesmo não acontece com o delito de lavagem de dinheiro, pois, neste caso, a contagem do prazo prescricional começou apenas com a descoberta da existência do dinheiro, quando informada pela Suíça. Segundo Isabel Gallotti, o fato de haver provas de que o conselheiro atuou na distribuição de dinheiro, fazendo parte da organização criminosa, torna possível o processo autônomo para a apuração da lavagem, ligada ao crime

de corrupção, mesmo que este último não possa ser mais objeto da ação penal. “Como há autonomia entre os crimes, nada impede que haja uma denúncia por lavagem mesmo que o ato específico de corrupção antecedente não possa mais ser objeto de denúncia”, justificou a relatora. Ao afastar a causa especial de aumento de pena relativa à organização criminosa, a ministra explicou que esse delito existiu para a prática de corrupção contra a administração estadual, e não para a prática do delito de lavagem de dinheiro.

ESPECIAL

Acordo entre Mercosul e União Europeia amplia acesso a mercados e redefine perspectivas do agronegócio brasileiro

POR BÁRBARA SOUZA

A recente assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) promete redesenhar a inserção internacional do agronegócio brasileiro, ao combinar oportunidades concretas de expansão com desafios estruturais relevantes para um dos principais pilares da economia nacional. O tratado, aguardado há mais de duas décadas, surge em um momento estratégico para o Brasil, que busca diversificar mercados e fortalecer sua competitividade global no setor agroexportador.

O peso do agronegócio na economia brasileira ajuda a dimensionar a importância do acordo. Em 2025, o setor respondeu por cerca de 48,5% das exportações do país, alcançando um volume recorde de US\$ 169,2 bilhões em vendas externas. Grãos, carnes, açúcar, café e produtos agroindustriais lideraram os embarques, consolidando o Brasil como um dos maiores fornecedores globais de alimentos. Nesse contexto, o acordo com a União Europeia, ainda dependente de ratificação pelos parlamentos dos países envolvidos, é visto como um potencial catalisador para uma expansão mais diversificada das exportações agrícolas.

Uma das mudanças mais relevantes previstas no tratado é a redução gradual ou a eliminação de tarifas de exportação para uma série de produtos brasileiros no mercado europeu. Essa medida tende a alterar o equilíbrio competitivo em setores nos quais o Brasil já possui vantagem comparativa, como açúcar, café, sucos e carnes. No segmento de aves, por exemplo, o acordo prevê a ampliação de cotas de exportação com isenção tarifária, o que pode reduzir barreiras históricas e favorecer diretamente os exportadores brasileiros de frango e alimentos processados.

Acesso ao mercado europeu amplia oportunidades, mas exige adaptação

A maior previsibilidade comercial proporcionada pelo acordo também pode estimular investimentos ao longo das cadeias produtivas do agronegócio, incentivando modernização tecnológica, ganhos de eficiência e melhor integração logística. Estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que o tratado pode



PEXELS

ampliar o acesso do Brasil a até 36% do mercado global de importações de bens, um avanço significativo em relação aos atuais 8%. Para o agro, isso representa a possibilidade de explorar novos nichos, especialmente em produtos de maior valor agregado. Apesar do potencial de longo prazo, analistas apontam que os ganhos imediatos para o setor agrícola, sobretudo em commodities, tendem a ser mais moderados. A União Europeia mantém mecanismos de proteção para determinados produtos sensíveis, além de salvaguardas que podem ser acionadas caso as importações afetem a produção local. Economistas ouvidos pela imprensa destacam que o agro brasileiro continuará enfrentando exigências rigorosas relacionadas a padrões sanitários, rastreabilidade e critérios ambientais, fatores cada vez mais centrais no acesso ao mercado europeu. Outro ponto de atenção é o tempo necessário para que o acordo produza efeitos concretos. A implementação depende de processos legislativos no Brasil, na Argentina, no Uruguai e nos países da União Europeia, cada um com cronogramas próprios. Até que as reduções tarifárias entrem em vigor, empresas e produtores rurais precisarão ajustar estratégias produtivas, logísticas e comerciais para aproveitar plenamente as oportunidades previstas no tratado. Independentemente dos prazos, o mercado avalia que a abertura gradual do comércio com a UE pode não apenas fortalecer as relações bilaterais de longo prazo, mas também servir como referência para futuros acordos comerciais. Para o agronegócio brasileiro, o acordo Mercosul-UE sinaliza um caminho de ampliação de mercados, cujo sucesso dependerá da capacidade de adaptação produtiva, do fortalecimento institucional e da resposta a um ambiente internacional cada vez mais competitivo e exigente.

2025

Ações de saúde receberam quase R\$ 1 bi do Fundo Rio Doce

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou ontem que repassou, em 2025, R\$ 985,03 milhões do Fundo Rio Doce para ações de saúde no Espírito Santo e em Minas Gerais, estados afetados pelo crime ambiental que culminou no rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

As ações de saúde estão previstas no Novo Acordo do Rio Doce, instrumento de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem, que integrava um complexo da Samarco, mineradora controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton. O incidente aconteceu em 5 de novembro daquele ano, quando cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos escoaram por 633 quilômetros pela Bacia do Rio Doce, até a foz, no Espírito Santo, contaminando o abastecimento de água e dizimando ecossistemas pelo caminho. O desastre provocou a morte de 19 pessoas e impactos diversos às populações de 49 municípios mineiros e capixabas.

DETALHES DO ACORDO

Segundo o BNDES, os recursos viabilizam a construção de novas unidades de saúde e hospitais, entre outras ações. O Novo Acordo foi homologado em novembro de 2024, prevendo programas a serem implementados em municípios da região afetada. Para ações de saúde, o Novo Acordo reservou um total de R\$ 12 bilhões.

Desse total, R\$ 11,32 bilhões serão geridos pelo BNDES, no âmbito do Fundo Rio Doce, e custearão o Programa Especial de Saúde do Rio Doce, sob coordenação do Ministério da Saúde. Os R\$ 684 milhões restantes são de responsabilidade dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Entre as iniciativas anunciadas, estão as construções do Hospital-Dia de Santana do Paraíso e do Hospital Universitário de Mariana, vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Outras medidas confirmadas envolvem a estruturação do Centro de Referência das Águas e do Centro de Referência em Exposição à Substâncias Químicas.

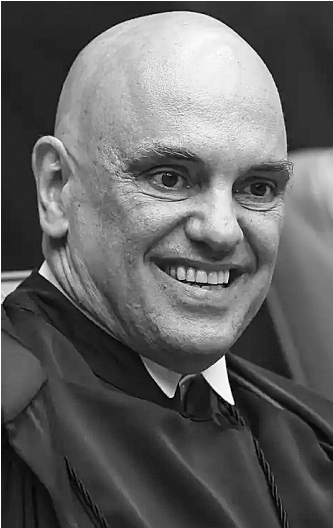
AÇÕES DE SAÚDE

Os R\$ 11,32 bilhões do pro-

MATANÇA

Moraes manda Castro enviar à PF imagens de Operação Contenção

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 15 dias para o governo do Rio de Janeiro enviar à direção da Polícia Federal (PF) as câmeras e imagens capturadas durante a Operação Contenção, ocorrida em outubro do ano passado nos complexos da Penha e do Alemão. A decisão foi assinada nesta quarta-feira (4). Considerada a operação mais letal do Rio de Janeiro dos últimos anos, a Operação Contenção tinha como objetivo, segundo a Segurança Pública do Rio de Janeiro, conter os avanços do Comando Vermelho. Foram mortas 122 pessoas, entre as quais, 5 policiais. De acordo com a decisão, os equipamentos e as imagens deverão passar por perícia da PF. A corporação deverá apresentar os laudos do trabalho realizado. A decisão do ministro foi to-

mada no processo conhecido como ADPF das Favelas - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635. Na ação, a Corte já determinou diversas medidas para redução da letalidade durante operações em comunidades do Rio de Janeiro.

ATESTADO MÉDICO

Ministro do STJ acusado de importunação sexual pede licença médica

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Marco Aurélio Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), apresentou, ontem, um atestado médico e ficará afastado das próximas sessões do tribunal por questões de saúde.

O afastamento ocorre um dia após o STJ abrir uma sindicância para apurar a acusação de importunação sexual que teria sido praticada pelo ministro contra uma jovem de 18 anos. Ele nega a acusação.

A jovem, que é filha de um casal de amigos do ministro, acusa Buzzi de tentar agarrá-la durante um banho de mar. O episódio teria ocorrido no mês passado, quando o ministro, a jovem e seus pais passavam férias em Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina.

A acusação foi formalizada por meio de um boletim de ocorrência. O caso também está em tramitação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apura as consequências administrativas da denúncia.

PROPINAS DE R\$ 1 BI

MP de SP denuncia dono da Ultrafarma por suborno de fiscais

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

O Ministério Público de São Paulo denunciou à Justiça por corrupção ativa o empresário Sidney de Oliveira, dono do Grupo Ultrafarma, acusado de, entre 2021 e 2025, ter subornado e repassado propinas milionárias a auditores fiscais de Rendas da Secretaria de Estado da Fazenda. Alvo da Operação Ícaro, deflagrada em agosto do ano passado, Sidney chegou a ser preso na época.

O Estadão pediu manifestação da Ultrafarma e da defesa de Oliveira.

Além do empresário foram denunciados outros seis investigados, inclusive ex-auditores da Receita estadual - entre eles Artur Gomes da Silva Neto, por corrupção passiva, apontado como mentor de um esquema que arrecadou pelo menos R\$ 1 bilhão em propinas de gigantes do varejo em troca de deferimento do ressarcimento de créditos de ICMS-ST em tempo relâmpago.

A acusação é subscrita por quatro promotores - João Ricupero, Roberto Bodini, Muri-lo Perez e Igor Bedone - que atuam no Gedec, braço do Ministério Público que combate delitos tributários e contra a ordem econômica.

"A Ultrafarma é uma rede varejista especializada no comércio de medicamentos", descreve a denúncia. "Por conta disso, a empresa tem direito a se ressarcir de créditos de ICMS que foram pagos na condição de contribuinte substituto. Uma das hipóteses para tal ressarcimento ocorre quando a Ultrafarma adquire mercadoria e paga o ICMS considerando como base de cálculo o valor presumido do produto, mas o bem, posteriormente, é vendido ao consumidor final por um preço menor."

Os promotores destacam que 'o procedimento por meio

A parte criminal é conduzida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques. Por ser ministro do STJ, Buzzi tem foro privilegiado no Supremo.

Quarta-feira, em nota divulgada à imprensa, o ministro disse que foi surpreendido com a divulgação da denúncia. "O ministro Marco Buzzi informa que foi surpreendido com o teor das insinuações divulgadas por um site, as quais não correspondem aos fatos. Repudia, nesse sentido, toda e qualquer ilação de que tenha cometido ato impróprio", afirmou.

O advogado Daniel Bialski, representante da jovem, disse que espera rigor na investigação do caso.

"Como advogado da vítima e de sua família, informamos que neste momento o mais importante é preservá-los, diante do gravíssimo ato praticado. Aguardamos rigor nas apurações e o respectivo desfecho perante os órgãos competentes", declarou.

SUPREMA CORTE

Lula defende mandato para ministros do STF

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, que haja mandato para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Lula, entretanto, essa decisão cabe ao Congresso Nacional e não deve ter relação com a tensão entre os Poderes com o julgamento da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

Em entrevista ao Portal UOL, o presidente lembrou que a questão do mandato para a Suprema Corte estava no programa de campanha do PT em 2018, quando Fernando Haddad concorreu à Presidência. "Eu acho que tudo precisa mudar e nada está livre de mudança", disse Lula.

"Eu acho que não é justo uma pessoa entrar com 35 anos e ficar até 75 anos, ou seja, não é justo. É muito tempo, então eu acho que pode ter um mandato. Mas isso é um processo a ser discutido com o Congresso Nacional que não tem nada a ver com o que aconteceu no 8 de janeiro ou com o julgamento do 8 de janeiro", acrescentou o presidente.

Para Lula, o referido julgamento foi "a maior lição de que as instituições têm respeitabilidade nesse país". "Nem a presença do presidente [dos Estados Unidos, Donald] Trump fez com que a Supremo Corte mudasse de posição. Isso é um valor inco-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

mensurável para um país democrático", afirmou.

Ainda na entrevista, ele defendeu critérios para a escolha dos novos ministros, a partir da "solidez de conhecimento jurídico e de cumprimento da Constituição".

A declaração vem em um momento em que membros da Corte são criticados publicamente pela condução das investigações envolvendo as fraudes no Banco Master.

Nesta semana, em discurso

na abertura do Ano Judiciário de 2026, o presidente do STF, Edson Fachin, colocou como prioridade a preservação da integridade do tribunal e anunciou a criação de um Código de Ética para os magistrados, com a relatoria da ministra Cármen Lúcia.

O STF é composto por 11 ministros que são indicados pelo presidente da República e devem passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ter o nome aprovado em votação no plenário da

Casa.

Hoje, há uma vaga na cadeira então ocupada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que anunciou a aposentadoria antecipada e deixou o tribunal em outubro do ano passado.

Para o lugar, o presidente Lula indicou o advogado-geral da União, Jorge Messias. O Senado aguarda o envio da mensagem presidencial que formaliza a indicação para marcar a sabatina.

CRISE INTERNA

Fachin cancela reunião para discutir Código de Ética do STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, decidiu cancelar um encontro com os membros da Corte para discutir a proposta de criação do Código de Ética do tribunal.

O debate estava previsto para a próxima quinta-feira (12) e ocorreria durante um almoço na sala da presidência do STF. Oficialmente, o encontro foi desmarcado em função da agenda dos ministros.

O cancelamento ocorre um dia após o ministro Alexandre de Moraes afirmar que juízes

podem ser remunerados por palestras, e Dias Toffoli defender que magistrados podem ser acionistas de empresas, desde que não atuem como sócios-dirigentes.

O posicionamento dos ministros revelou que não há consenso na Corte sobre a adoção de regras de conduta para os ministros, como defende o presidente.

Na última segunda-feira, Fachin anunciou que a ministra Cármen Lúcia será a relatora da proposta de criação do código.

BANCO MASTER

O anúncio sobre a criação do código ocorreu após Moraes e

Toffoli serem criticados publicamente sobre as investigações envolvendo as fraudes no Banco Master.

No mês passado, Moraes negou ter participado de um encontro com o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, no primeiro semestre de 2025, na casa do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

O suposto encontro foi noticiado pelo Portal Metrópoles e teria ocorrido em meio ao processo de tentativa de compra do Master pelo BRB. Em nota à imprensa, Moraes classificou a reportagem como "falsa e mentirosa".

Antes da liquidação do Master pelo Banco Central, o escritório de advocacia Barci de Moraes, que pertence à família do ministro, prestou serviços ao banco de Vercaro.

No início deste mês, Toffoli passou a ser criticado por permanecer na condição de relator do caso após matérias jornalísticas informarem que a Polícia Federal encontrou irregularidades em um fundo de investimento ligado ao Banco Master. O fundo comprou uma participação no resort Tayayá, localizado no Paraná, que era de propriedade de familiares do ministro.

CRIME AMBIENTAL

Amazônia Legal: desmatamento prevalece em torno de áreas protegidas

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

As unidades de conservação estaduais e terras indígenas na Amazônia Legal estão entre as mais pressionadas pelo avanço da devastação. O relatório Ameaça e Pressão em Áreas Protegidas divulgado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) revela a pressão interna de desmatamento nas unidades de conservação federal.

Os dados indicam um cenário complexo onde, embora as áreas federais enfrentem alta pressão externa (ameaças), as áreas protegidas estaduais frequentemente apresentam uma dinâmica de devastação mais intensa, por vezes superior ou equivalente, tanto no seu interior quanto no entorno.

O último relatório da série histórica, iniciada em 2017, analisa as ocorrências de desmatamento na área, entre outubro e dezembro de 2025, a partir de imagens de satélite com recorte de 10 quilôme-

tros quadrados, chamadas de células, em todo o território. A partir das imagens são identificadas as áreas protegidas e os entornos com maior concentração de células onde há ocorrência de desmatamento.

"O que a gente considera ameaça é o que acontece próximo às áreas protegidas, partindo do limite, tanto da Terra Indígena (TI) quanto da Unidade de Conservação Federal (UC), em até 10 quilômetros, que também é conhecido como zona de amortecimento. O que acontece dentro dos limites das áreas protegidas já é considerado pressão, que quer dizer que o desmatamento já está invadindo o território", explica a pesquisadora do Imazon, Bianca Santos.

Em toda a Amazônia Legal foram identificadas 904 células com ocorrência de desmatamento em unidades de conservação federal, estadual e Terras Indígenas (TIs) e no entorno das áreas protegidas. Dessas, 577 (64%) indicavam

ameaça, ou seja, estavam fora dos limites das áreas protegidas, já 327 (36%) foram verificadas dentro dos limites dessas áreas.

Quando classificadas por tipo de área protegida, as unidades de conservação estadual registraram 50% de ameaça e 50% de pressão. Nas áreas indígenas, a ameaça foi de 68%, enquanto que a pressão foi de 32%. Já nas Unidades de Conservação Federal, a ameaça foi de 69% e a pressão interna foi de 31%.

No ranking geral das áreas protegidas mais pressionadas no último trimestre de 2025, as Reservas Extrativistas (Resex) Chico Mendes (AC), unidade de conservação federal, é a área protegida com maior detecção de células com desmatamento. Em seguida, as mais pressionadas são a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu (PA) e a Resex Tapajós-Arapiuns (PA).

A Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera (PA) foi a área protegida mais ameaçada, com maior número de desmatamento detectado a uma distância de até 10 quilômetros dos seus limites. A Resex Chico Mendes aparece em segundo lugar das mais ameaçadas, seguida da Resex Tapajós-Arapiuns.

De acordo com Bianca Santos, apesar do estudo servir de alerta para evitar o avanço de problemas ambientais na região, a recorrência de determinadas áreas protegidas entre as dez mais ameaçadas e pressionadas pelo desmatamento revelam a ineficiência nas ações de enfrentamento em determinadas regiões.

Segundo a pesquisadora, na série histórica é possível observar as áreas protegidas apenas trocando entre si as classificações e muitas vezes, avançando do desmatamento nas proximidades dos limites para dentro das áreas protegidas.

Três Poderes

Dino manda suspender pagamento de penduricalhos

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a suspensão do pagamento dos chamados “penduricalhos”, benefícios que são concedidos a servidores públicos e que não cumprem o teto remuneratório constitucional, de R\$ 46,3 mil. A suspensão vale para os Três Poderes.

Pela decisão, os Três Poderes têm prazo de 60 dias para revisar e suspender pagamento das verbas indenizatórias sem base legal.

Na decisão, Flávio Dino afirmou que há um “fenômeno da multiplicação anômala” de verbas indenizatórias incompatíveis com a Constituição. Ele cita o pagamento de “auxílio-peru” e “auxílio-panetone” (benefícios extras de fim de ano) como exemplos de ilegalidade.

“Destaco que, seguramente, tal amplo rol de ‘indenizações’, gerando supersalários, não possui precedentes no direito brasileiro, tampouco no direito comparado, nem mesmo nos países mais ricos do planeta”, argumentou.

A suspensão deve ser cumprida em todo o país e vale para o Judiciário, Executivo e Legislativo federais e estaduais.

PENDURICALHOS

Flávio Dino também defendeu que o Congresso aprove uma lei para deixar claro quais as verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto



FLAVIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

constitucional, que é equivalente ao salário dos ministros do Supremo.

“Por este caminho, certamente será mais eficaz e rápido o fim do império dos penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores públicos e para a eficiência e dignidade do serviço público”, ressaltou.

A suspensão dos penduricalhos foi decidida em um processo no qual Dino negou o pagamento de auxílio-alimentação retroativo a um juiz de Minas Gerais.

JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 25 de fevereiro o julgamento definitivo da decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu o pagamento dos penduricalhos ilegais no Três Poderes.

Mais cedo, Dino concedeu liminar para determinar que as verbas indenizatórias sem base legal devem ser suspensas no prazo de 60 dias. A votação dos demais ministros da Corte ocorrerá durante sessão presencial.

Os chamados penduricalhos são benefícios concedidos a servidores públicos e que não cum-

prem o teto remuneratório constitucional, de R\$ 46,3 mil, valor equivalente ao salário dos ministros do STF.

Na decisão, Flávio Dino afirmou que há um “fenômeno da multiplicação anômala” de verbas indenizatórias incompatíveis com a Constituição. O ministro citou o pagamento de “auxílio-peru” e “auxílio-panetone” (benefícios extras de fim de ano) como exemplos de ilegalidade.

A suspensão deve ser cumprida em todo o país e vale para o Judiciário, Executivo e Legislativo federais, estaduais e municipais.

FURA-TETO

Após aumentar próprio salário, Zema critica reajuste no Congresso

JOÃO PEDRO BITENCOUR/AE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), criticou o projeto de lei que concede reajuste “fura-teto” e um dia de folga a cada três trabalhos aos servidores do Congresso Nacional. Pré-candidato à Presidência, Zema se manifestou por meio de um vídeo publicado nas redes sociais nesta quinta-feira, 5.

O projeto cria a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE), que pode chegar a 100% do salário do cargo efetivo ocupado pelo servidor. O benefício também prevê um dia de licença para cada três dias de trabalho. Com isso, a remuneração de altos funcionários da Câmara pode alcançar cerca de R\$ 77 mil.

“O Congresso decidiu trabalhar menos e ganhar o dobro. Parece piada de mau gosto, mas é o Brasil de Lula”, afirmou Zema no vídeo.

Como mostrou o Estadão, integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tentaram se eximir

de responsabilidade sobre a concessão do benefício. A assessoria da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disseram que não houve qualquer tipo de acordo ou consulta por parte dos parlamentares sobre o texto.

Durante as votações, as lideranças governistas também não manifestaram objeção. Apenas o Partido Novo, de Zema, orientou voto contrário à proposta.

Zema aumentou o próprio salário em 300%

Apesar das críticas ao projeto, Zema sancionou em 2023 uma lei que elevou em 300% o próprio salário, o do vice-governador e o dos secretários estaduais.

A norma, promulgada em maio daquele ano, instituiu um regime de reajuste progressivo para esses cargos. À época, o governo de Minas justificou que os valores pagos até então eram incompatíveis com a responsabilidade e a experiência exigidas para as funções.

AGENTES PÚBLICOS

STF impõe pena mais dura para crimes contra a honra

POR FELIPE DE PAULA

O Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria ontem, para declarar constitucional o dispositivo do Código Penal que prevê aumento de pena para crimes contra a honra - injúria, calúnia e difamação - quando praticados contra agentes públicos em razão do exercício do cargo ou contra os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do próprio STF.

A análise do tema teve início em maio de 2025, sob relatoria do então ministro Luís Roberto Barroso (foto), aposentado da Corte em outubro do mesmo ano. Na ocasião, Barroso votou pela inconstitucionalidade do dispositivo, com exceção dos casos de calúnia. Ele foi acompanhado pelos ministros André Mendonça, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

A divergência foi aberta em maio pelo ministro Flávio Dino, que defendeu a validade do agravamento da pena. O entendimento acabou prevalecendo, com votos de Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Nunes Marques e Dias Toffoli, formando a maioria no julgamento.

“A análise de alguns eventos que atingiram a democracia brasileira revela que não está em jogo a crítica pública legítima aos poderes constituídos, mas sim reprováveis ataques contra as instituições”, disse Gilmar Mendes ontem.

“O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que impliquem ilicitude penal”, seguiu o decano da Corte.

Durante a sessão desta quinta-feira, o ministro Nunes Marques destacou que o sistema penal já impõe salvaguardas relevantes, como a exigência de dolo específico e a possibilidade da exceção da verdade nos crimes contra a honra, o que, segundo ele, afasta a criminalização de críticas legítimas, ainda que duras, dirigidas a autoridades públicas.

“Não há crime contra a honra na hipótese do exercício de crítica dirigida contra o servidor, ainda que de forma áci-

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



da, rude ou grosseira”, pregou Nunes Marques.

Dias Toffoli e Alexandre de Moraes participaram por vídeoconferência da sessão plenária desta quinta-feira. O ministro Luiz Fux está afastado por licença médica após um quadro de pneumonia.

A ação foi proposta pelo Partido Progressista, que questionava a validade do inciso II do artigo 141 do Código Penal, dispositivo que prevê o acréscimo de um terço na pena quando os crimes contra a honra são cometidos nessas circunstâncias. Para a legenda, a norma conferiria proteção excessiva à honra de agentes públicos em detrimento dos demais cidadãos, em afronta ao princípio da igualdade e ao Estado Democrático de Direito.

A discussão no Supremo ocorre em um contexto mais amplo de queixas recorrentes dos ministros sobre hostilidades dirigidas à Corte, especialmente nas redes sociais. Integrantes do tribunal têm afirmado que se tornaram alvo de uma escalada de ofensas, ataques pessoais e ameaças, frequentemente associadas a decisões sensíveis ou à atuação institucional do STF.

No ano passado, sob a alegação de que os ministros passaram a enfrentar riscos concretos à integridade física, o então presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, autorizou a ampliação permanente da segurança pessoal de todos os integrantes da Corte. A medida garantiu proteção integral, dia e noite, inclusive durante deslocamentos, não apenas aos ministros em exercício, mas também aos aposentados - caso do próprio Barroso, que deixou o tribunal, mas segue amparado pelo esquema de segurança mantido pelo STF.

TRABALHO ESCRAVO

PGR envia ao Supremo parecer favorável à pejotização do trabalho

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à pejotização das relações de trabalho.

Gonet também se manifestou a favor da competência da Justiça comum para analisar a validade de contratos entre prestadores de serviços e as empresas, ou seja, avaliar se houve fraude para evitar o pagamento de direitos. Atualmente, as ações que contestam

fraudes na contratação por pejotização seguem direto para a Justiça trabalhista.

A manifestação foi motivada pelo processo no qual a Corte vai decidir sobre a legalidade da pejotização, termo usado para caracterizar contratações de trabalhadores como pessoas jurídicas (PJ) pelas empresas, em vez de assinar a carteira de trabalho. A forma de contratação é vista como fraude para evitar o pagamento de direitos trabalhistas.

Segundo Gonet, o STF já vali-

dou a pejotização e entendeu que esse tipo de contratação, por si só, não constitui fraude trabalhista.

Ao se manifestar sobre a competência para julgar a validade dos contratos, o procurador-geral defendeu que a Justiça do Trabalho deve ser acionada somente se o contrato for anulado pela Justiça comum.

“O parecer é pelo reconhecimento da constitucionalidade da contratação por formas alternativas distintas da tradicional rela-

ção de emprego, bem como da competência da Justiça comum para decidir sobre a existência, a validade e a eficácia de contratos civis/comerciais de prestação de serviços”, afirmou Gonet.

No ano passado, o ministro Gilmar Mendes, relator, suspendeu todas as ações sobre o tema que estão em tramitação no país.

Os processos só voltarão a tramitar após a decisão da Corte sobre a legalidade da pejotização. A data do julgamento ainda não foi definida.

CONGRESSO

Quebra do sigilo do Banco Master sai da pauta da CPMI do INSS

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Vianna (Podemos-MG), retirou de pauta, ontem, o requerimento que quebrava os sigilos bancário e fiscal do Banco Master, investigado por supostas fraudes no mercado financeiro.

No contexto das apurações contra o Banco Master, a CPMI do INSS vem transferindo o foco dos trabalhos para a instituição do banqueiro Daniel Vercaro, que está em prisão domiciliar e tem depoimento marcado na CPMI para o dia 26 de fevereiro.

Como o requerimento apresentado quebrava todo o sigilo do banco, o presidente da CPMI, Carlos Vianna, argumentou que o pedido foge do objeto da Comissão, que deve focar apenas nos empréstimos consignados de aposentados e pensionistas realizados pelo Master.

“Não há sentido em nós pedirmos a quebra de 100% das opera-

ções, uma vez que esses dados não poderão ser utilizados futuramente dentro do relatório”, avaliou Vianna a jornalistas, acrescentando que pediu que o requerimento fosse refeito para ser analisado em outro momento.

Durante a sessão, o presidente da CPMI alegou ainda que o Judiciário não permite que a Comissão fuja do tema original que justificou sua criação:

“É a leitura que se faz da Advocacia do Senado e a leitura que se tem hoje por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).”

Os parlamentares têm defendido a investigação de 251 mil contratos de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas firmados com o Banco Master. Há indícios de irregularidades nesses contratos, segundo o próprio INSS.

Um dos autores do requerimento, o deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS), afirmou que o texto que pede a quebra de sigilo poderia ser ajustado antes da votação e defendeu que há

uma tentativa de “blindar” a investigação contra o Banco.

Por outro lado, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) defendeu que o requerimento contra o Banco Master foi apresentado não para ser aprovado, uma vez que não tinha relação com os empréstimos consignados, tema da CPMI, mas sim para criar uma cortina de fumaça.

“Nós temos agora que avançar para chegar nos mandantes [do roubo dos aposentados do INSS]. E é exatamente isso que a oposição tenta impedir, criando cortina de fumaça, criando narrativas falaciosas”, comentou a jornalista.

ACORDO

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-PE), destacou na sessão que o acordo de cooperação técnica do Master com o INSS para empréstimos consignados foi firmado no governo anterior, em 17 de setembro de 2020.

“Talvez isso explique por que

o presidente do Banco Central que não interveio no Banco Master tenha sido o Roberto Campos Neto, e não Gabriel Galípolo. No maior escândalo financeiro da história do país, a intervenção ocorreu devido ao Banco Central e à presidência de Gabriel Galípolo”, disse.

Por outro lado, a oposição tenta atribuir o escândalo do INSS e do Banco Master ao atual governo, como fez a deputada federal Bia Kicis (PL-DF).

“Ladainha da esquerda que quer botar a culpa de tudo no Jair Bolsonaro, que foi lá que começou [os desvios]. O povo não está caindo nessa”, rebateu a deputada.

PRESIDENTE DO INSS

Ainda nesta quinta-feira, a CPMI ouviu o depoimento do presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, que explicou porque a instituição decidiu não renovar o contrato do Banco Master com o INSS para empréstimos consignados.

JAPÃO

Trump endossa premiê e coalizão antes das eleições

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarou apoio à primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, e sua coalizão às vésperas das eleições legislativas japonesas marcadas para domingo, 8 de fevereiro. A manifestação foi feita em uma publicação na Truth Social.

Trump afirmou que o pleito é "muito importante para o futuro do Japão" e elogiou a liderança de Takaichi, descrevendo-a como "forte, poderosa e sábia", além de alguém que "realmente ama seu país". Segundo ele, a premiê já demonstrou capacidade de comando e merece "reconhecimento poderoso" pelo trabalho realizado por ela e por sua coalizão. Na postagem, o presidente

americano destacou ainda a relação bilateral entre Estados Unidos e Japão, citando cooperação em segurança nacional e a negociação de um "acordo comercial muito substancial", que, segundo Trump, "beneficiaria fortemente ambos os países". Ele afirmou que ficou "extremamente impressionado" com Takaichi durante visita ao Japão e disse aguardar a premiê japonesa na Casa Branca em 19 de março.

Trump concluiu a mensagem com um endosso direto à primeira-ministra e à coalizão governista, afirmando ser "uma honra" conceder um "apoio completo e total" à líder japonesa. Em tom enfático, escreveu que Takaichi "não vai decepcionar o povo do Japão" e desejou boa sorte aos eleitores no voto de domingo.

CERCO AMERICANO

Cuba busca energia solar como alternativa, em meio a sanções dos EUA

O presidente Miguel Díaz-Canel afirmou ontem, que Cuba está se movimentando para conseguir cooperação externa e implementando planos para atender à demanda de energia, após o seu homólogo norte-americano, Donald Trump, ameaçar aplicar tarifas aos países que enviam petróleo à ilha. Díaz-Canel reiterou estar disposto a dialogar com os EUA, mas sem comprometer o modelo socialista.

Trump ameaçou sancionar produtos de países que vendem petróleo a Cuba, que depende do petróleo importado para sua economia, em crise nos últimos cinco anos. A ilha produz apenas 40% do petróleo que necessita, obtendo o restante de Venezuela, Rússia e México. O PIB da ilha caiu

15% nos últimos anos.

A Venezuela tem sido aliada política e econômica de Cuba por mais de duas décadas, com acordos que levaram milhares de profissionais, principalmente médicos, ao país sul-americano, que compensou com venda preferencial de combustível. Após o ataque a Caracas, Trump acusou Cuba de ser um Estado falido e exigiu negociação imediata.

Os apagões em Cuba, que se intensificaram nas últimas semanas, causam prejuízos à vida cotidiana. Díaz-Canel afirmou que "o colapso está na filosofia imperial, mas não na mentalidade dos cubanos". Observadores indicam que a resistência da ilha depende de suas escassas reservas de combustível.

ENTREVISTA

Lula cita importância de reforçar democracia na Venezuela

BRUNO PERES ABRASIL



GABRIEL HIRABAHASI E VICTOR OHANA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) **(foto)** afirmou, ontem, que tem como preocupação o fortalecimento da democracia na Venezuela e "melhorar a vida do povo" no país vizinho. As declarações ocorreram em entrevista a jornalista Daniela Lima, no UOL News, ao comentar a sua viagem a Washington prevista para a primeira semana de março, para se reunir com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Questionado se há algo a ser feito em favor do retorno de Nicolás Maduro e sua esposa para a Venezuela, Lula respondeu: "Essa não é a preocu-

pação principal. A preocupação principal é a seguinte. Há possibilidade da gente fortalecer a democracia na Venezuela? (Há condições de) E o povo da Venezuela, 8 milhões e 400 mil de pessoas que estão fora voltarem para a Venezuela?"

O presidente acrescentou: "Há condições de fazer com que a democracia seja efetivamente respeitada na Venezuela e o povo possa participar ativamente? O que está em jogo é se a gente vai melhorar a vida do povo ou não. O que está em jogo é se a gente vai gerar empregos ou não. O que está em jogo é se a PDVSA vai voltar a produzir três milhões e setecentos barris de petróleo por dia", disse referindo-se à petroleira estatal venezuelana.

IMIGRAÇÃO

Empresário brasileiro é preso pelo ICE nos Estados Unidos

GEOVANNA HORA/AE

Um brasileiro foi detido em 28 de janeiro pelo Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) na cidade de Stow, no estado de Massachusetts.

De acordo com o senador democrata Jamie Eldridge, o homem é Maximiliano Fernandes **(foto)**, de 40 anos. Natural de Porto Alegre (RS), ele é casado, pai de quatro filhas e proprietário do Stow Cafe.

"Agradecemos a todos que entraram em contato sobre a prisão de Max, proprietário do Stow Cafe, pelo ICE. A deputada (Kate) Hogan e eu estamos prestando assistência à família", escreveu Eldridge em publicação no Facebook.

Em comunicado enviado ao jornal *The Boston Globe* na última sexta-feira, a secretária adjunta para Assuntos Públicos do Departamento de Segurança Interna, Tricia McLaughlin, afirmou que Max tinha um visto de não imigrante vencido. Segundo ela, o documento era da categoria B2, que permite viagens temporárias aos EUA.

A secretária disse ainda que o homem tem antecedentes criminais por atentado ao pudor, agressão contra criança, agressão e sequestro. Ele foi preso ao chegar ao Stow Cafe, por volta das 7h15.

Em publicação no Facebook, o Departamento de Polícia de



DIVULGAÇÃO REDES SOCIAIS

Stow afirmou que estava ciente da prisão, mas que "não esteve envolvido e não foi previamente notificado de que uma ação de fiscalização estava ocorrendo".

Inicialmente, a corporação disse que a detenção estava relacionada a um caso de agressão sexual contra uma pessoa maior de 14 anos, ocorrido em 2024. Após a repercussão do caso, o Departamento de Polícia de Stow acrescentou um comentário à postagem, afirmando que o episódio citado foi "recentemente resolvido no Tribunal Distrital de Concord".

"Para reiterar, não tínhamos

conhecimento dessa ação de fiscalização nem estávamos envolvidos. O ICE não nos fornece informações sobre suas atividades, nem nos envia atualizações após a ocorrência de uma ação de fiscalização", escreveu a corporação.

Em entrevista ao canal do YouTube *Two Grannies on the Road* em 2024, Max afirmou que se mudou para os EUA em 2005 e que seu primeiro emprego no país foi em um restaurante italiano. Em 2011, ele e um sócio abriram o Stow Cafe, que serve pratos para o café da manhã e o almoço.

A esposa dele, cuja identidade não foi revelada, afirmou em entrevista ao *The MetroWest Daily News* que contratou um advogado logo após ser informada por vizinhos sobre a prisão de Max. A defesa do brasileiro não foi localizada.

Segundo um memorando do Departamento de Segurança Interna, obtido pelo *The New York Times* no fim de janeiro, o ICE foi autorizado a realizar prisões sem mandado judicial. Com isso, agentes passaram a poder deter pessoas durante varreduras, caso suspeitem de situação migratória irregular.

NEWSTART

EUA e Rússia negociam extensão do acordo de armas nucleares

GEOVANNA HORA/AE

Os Estados Unidos e a Rússia estão perto de um acordo para estender o Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (NewStart, na sigla em inglês), principal pacto de controle de armas nucleares entre Washington e Moscou, que venceu ontem, segundo o site americano Axios.

O site afirma que três fontes familiarizadas com as negociações disseram que os termos da extensão do acordo foram negociados pelo enviado especial dos EUA, Steve Witkoff, e pelo genro do presidente americano Donald Trump, Jared Kushner, com autoridades russas em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Os representantes de ambos os países estão na cidade

para participar de reuniões com a Ucrânia para colocar fim à guerra no Leste Europeu.

Duas das fontes citadas pelo site afirmaram que o rascunho do tratado ainda precisa ser aprovado por Trump e pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin. A terceira fonte disse que as negociações ocorreram nas últimas 24 horas, mas que um consenso ainda não havia sido alcançado.

Ainda de acordo com o Axios, o pacto deve estender o NewStart por cerca de seis meses. No entanto, o jornal ressaltou que, com a expiração do tratado, não há como ter certeza de que o novo acordo será formalizado.

Putin já havia sugerido a prorrogação do acordo por um curto período, mas o Ministério das Relações Exteriores da Rússia afir-

mou, em comunicado divulgado ontem, que suas ideias foram "deliberadamente ignoradas".

O principal motivo que leva Washington a resistir à extensão do acordo é que ele não limita as ações da China. O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse na quarta-feira que não tinha nenhum anúncio a fazer sobre o NewStart, mas que, "para haver um verdadeiro controle de armas no século XXI, é impossível fazer algo que não inclua a China, devido ao seu vasto e crescente arsenal".

Apesar do apelo dos americanos, Pequim não demonstrou interesse em aderir ao tratado. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lin Jian, afirmou nesta quinta-feira que Pequim considera essencial que os EUA respondam posi-

vamente à intenção da Rússia de estender os pontos centrais do acordo. "A China pede que os EUA respondam ativamente e lidem de maneira responsável com os arranjos posteriores ao tratado, retomando o quanto antes o diálogo sobre estabilidade estratégica com a Rússia", afirmou Jian.

O NewStart entrou em vigor em 5 de fevereiro de 2011, com o objetivo de limitar as armas nucleares estratégicas - aquelas com potencial para destruir grandes áreas. Os dois lados são obrigados a respeitar os limites centrais do acordo, que incluem até 700 mísseis e bombardeiros - implantados e prontos para uso - e 1,5 mil ogivas nucleares. O tratado tinha inicialmente duração de 10 anos, mas em 2021 foi prolongado por mais cinco anos

JUSTIÇA

Agentes do ICE não podem efetuar prisões sem mandado no Oregon

FRANCINE DE LORENZO E PEDRO LIMA/AE

Agentes de imigração dos Estados Unidos no Estado de Oregon devem parar de prender pessoas sem mandado, a menos que haja probabilidade de fuga, decidiu um juiz federal na quarta-feira passada.

O juiz distrital dos EUA, Mustafa Kasubhai, emitiu uma liminar em uma ação coletiva proposta contra o Departamento de Segurança Interna por sua prática de prender imigrantes que encontram pelo caminho durante operações de fiscalização intensificadas - prática que os críticos descreveram como "prender primeiro, justificar depois".

O departamento, que figura como réu no processo, não se manifestou imediatamente em resposta a um pedido da *Associated Press*.

Ações semelhantes, incluindo agentes de imigração entrando em propriedades privadas sem um mandado judicial, têm gerado preocupação entre grupos de direitos civis em todo o país, em meio aos esforços de deportação em massa do presidente Donald Trump.

Tribunais no Colorado e em Washington, D.C., emitiram decisões semelhantes à de Kasubhai, e o governo recorreu delas.

Em um memorando divulgado na semana passada, Todd Lyons, chefe interino do Serviço de Imigração e Fiscali-

zação Aduaneira dos Estados Unidos (ICE), enfatizou que os agentes não devem efetuar prisões sem um mandado de prisão administrativo emitido por um supervisor, a menos que tenham indícios suficientes para acreditar que a pessoa está nos EUA ilegalmente e que provavelmente fugirá do local antes que o mandado possa ser obtido.

Apesar disso, o juiz ouviu depoimentos de que agentes no Oregon prenderam pessoas em operações de imigração sem mandados judiciais ou sem determinar que a fuga era provável.

Kasubhai afirmou que as ações dos agentes no Oregon - incluindo sacar armas contra

pessoas durante a detenção por violações civis das leis de imigração - foram "violentas e brutais", e expressou preocupação com a possibilidade de o governo negar o devido processo legal a aqueles detidos em operações de imigração

O processo foi movido pela organização sem fins lucrativos Innovation Law Lab, cujo diretor executivo, Stephen Manning, disse estar confiante de que o caso será um "catalisador de mudanças aqui no Oregon". "É fundamentalmente disso que se trata este caso: pedir ao governo que cumpra a lei", disse ele durante a audiência.

A liminar permanecerá em vigor enquanto o processo judicial estiver em andamento.